A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA ESCOLA REGULAR

JOSELICE MARIA LISBOA DE JESUS

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo compreender a importância do aluno com TEA na Educação Infantil, abordando a inclusão na sala de aula. A metodologia utilizada é baseada em pesquisa bibliográfica, artigos, livros e documentos oficiais do Ministério da Educação. Discutimos os aspectos do aluno com TEA, estratégias educativas e a relevância da inclusão. O interesse em compreender o processo de ensino-aprendizagem do aluno autista surgiu de experiências profissionais e momentos de estágio. Buscamos trabalhar a vivência e reconhecer que o conhecimento do aluno pode ser expresso através de atividades lúdicas, como corpo, música, artes, brincadeiras e jogos. A escolha do tema foi motivada pela reflexão sobre conceitos como inclusão escolar, transtorno de espectro autista e processo de ensino-aprendizagem do autista. Concluímos que as dificuldades enfrentadas na educação do TEA decorrem do desconhecimento da síndrome, métodos adequados, falta de infraestrutura e falta de qualificação profissional, resultando em insuficiente investimento financeiro em educação. Em relação aos avanços, existe um vasto repertório teórico que abrange desde a estimulação precoce até a entrada do aluno TEA no ambiente escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo. Educação Infantil. Inclusão

ABSTRACT:

This article aims to understand the importance of students with ASD in Early Childhood Education, addressing inclusion in the classroom. The methodology used is based on bibliographic research, articles, books and official documents from the Ministry of Education. We discuss aspects of students with ASD, educational strategies and the relevance of inclusion. The interest in understanding the autistic student's teaching-learning process arose from professional experiences and internship moments. We seek to work on the experience and recognize that the student's knowledge can be expressed through ludic activities, such as the body, music, arts, games and games. The choice of theme was motivated by reflection on concepts such as school inclusion, autism spectrum disorder and the autistic teaching-learning process. We conclude that the difficulties faced in ASD education stem from the lack of knowledge about the syndrome, adequate methods, lack of infrastructure and lack of professional qualification, resulting in insufficient financial investment in education. Regarding advances, there is a vast theoretical repertoire that ranges from early stimulation to the entry of ASD students into the school environment.

KEY-WORDS: Autism. Child education. Inclusion

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca compreender a importância do aluno com TEA na Educação Infantil, refletindo sobre a prática pedagógica em relação à criança autista. O autismo é uma síndrome complexa que afeta áreas cruciais do desenvolvimento, como comunicação, socialização e comportamento.

Justifica-se o interesse em compreender o processo de ensino-aprendizagem do aluno autista, baseado em minhas experiências profissionais e momentos de estágio nos quais pude presenciar o contexto do aluno autista. Isso despertou em mim a necessidade de trabalhar com essa vivência e compreender que, por meio de atividades lúdicas, como o uso do corpo, da música, das artes, das brincadeiras e dos jogos, é possível expressar o conhecimento que o aluno possui. Além disso, a escolha do tema foi motivada pelo interesse em refletir sobre conceitos como inclusão escolar, transtorno do espectro autista e processo de ensino-aprendizagem do autista.

A problemática surge em torno da inclusão de alunos com necessidades educacionais no sistema regular de ensino, com as adaptações curriculares sendo um facilitador para evitar a evasão escolar. A educação infantil é considerada uma etapa crucial para o desenvolvimento da criança, o que gera inquietação e interesse em refletir e questionar: como os professores que atuam nas salas de aula do ensino regular estão lidando com os desafios da inclusão de crianças com autismo na educação infantil?

Essa pesquisa teve como objetivo geral analisar a percepção dos docentes diante dos desafios enfrentados no processo de inclusão do autismo nas escolas. Seus objetivos específicos foram: 1) analisar aspectos de inclusão na educação infantil; 2) identificar os principais desafios da inclusão do autismo na educação infantil, juntamente com os recursos utilizados para garantir o aprendizado; e 3) verificar a percepção dos docentes em relação aos desafios enfrentados na inserção da criança em atividades inclusivas.

O objetivo deste estudo é analisar a inclusão de crianças autistas no ensino regular, destacando a importância de enfatizar a necessidade dos profissionais da educação se aprofundarem nos estudos sobre o autismo

e sua inclusão escolar.

Este estudo baseia-se em pesquisa documental bibliográfica, que analisa as bases teóricas de autores que, de forma crítica e analítica, fornecerão fundamentos para a reflexão sobre o assunto.

As pesquisas documentais e bibliográficas são consideradas sinônimas por alguns autores, já que ambas têm o documento como objeto de investigação. De acordo com Gil (2002, p.62-63), a pesquisa documental apresenta algumas

vantagens por ser "fonte rica e estável de dados": não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que as diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA ESCOLA REGULAR

A Constituição Federal Brasileira de 1988 garante a todos o direito à educação, e as crianças com autismo também gozam dos mesmos direitos garantidos por lei a todas as crianças. A escola é um local que oferece à criança a possibilidade de integração social, expondo-a a outras disciplinas fora do ambiente familiar que contribuem para o seu desenvolvimento social. Basque; Baptista, (2003, p. 9) diz:

[...] a escolarização de crianças com transtornos psiquiátricos e autistas não é apenas um exercício de cidadania, pode também ter um valor constitutivo, a partir do momento da escolarização é possível restaurar e reorganizar o tecido psicológico do sujeito.

Os desafios educacionais exigem compreender como as relações sociais, pedagógicas e metodológicas das crianças com autismo emergem desde a educação infantil, analisando o desenvolvimento cognitivo, afetivo e histórico-cultural e as influências familiares. Segundo Cunha, (2016, p. 23). O autismo tem que ter um olhar pedagógico, a gente sabe lidar com isso na escola e como lidar, os sintomas variam de pessoa para pessoa. Em alguns casos, ocorrem convulsões, pois o distúrbio pode estar associado a vários problemas neurológicos e neuroquímicos.

Logo após o aluno entrar na escola, os educadores devem identificar o que está fora do intervalo normal para uma criança, que é um comportamento necessário para melhorar a comunicação e as interações sociais da criança na escola ambiente escolar e sociedade.

O diagnóstico precoce é a primeira grande ferramenta educacional. É sempre apropriado que um professor observe um aluno quando ele exibe algumas das seguintes características comportamentais: falha em manter contato visual; capacidade de resposta; acessos de raiva; recusa em aceitar mudanças na rotina; pegar objetos; hiperatividade física; agitação caótica; calma excessiva; apego e manuseio inadequados de objetos; movimentos corporais circulares; sensibilidade ao ruído; estereótipo; imitação; em Dificuldade em simbolizar ou entender a linguagem de sinais; excessivamente explícito e difícil de entender aspectos emocionais e subjetivos da conversa. (Kunha, 2016, pp. 24-25).

Essas características exigem que o educador avalie seus conhecimentos, portanto, caso não tenha laudo médico, é imprescindível saber qual tipo de síndrome a criança possui. Depois de determinar qual tipo de síndrome uma criança é afetada, os professores precisarão usar métodos de ensino adequados para essa criança junto com as emoções, pois as emoções são uma importante ferramenta de ensino para que os professores encontrem os recursos necessários para lidar com as dificuldades que seus alunos estão enfrentando e pode ser alguns. Não existem regras iguais que se apliquem a todas as crianças, cada criança é única, com percursos e interesses que conduzem ao ensino e à aprendizagem. Alguns educadores proeminentes e pesquisadores respeitados afirmam que o aprendizado mais valioso das crianças vem por meio da brincadeira. Para Lee, 1977:

Brincar é a principal atividade da vida de uma criança, por meio da qual ela aprende as habilidades de sobrevivência e descobre uma certa ordem no mundo caótico em que nasceu. (LEE, C. 1977, p. 340).

Esses jogos podem desenvolver o desenvolvimento cognitivo e intelectual das crianças, várias habilidades e habilidades de inclusão social e ajudá-las a se preparar para uma vida melhor em sociedade. Vygotsky e Luria (1996, p. 220) afirmam: O homem é uma criatura social, e as condições socioculturais o alteram profundamente, desenvolvendo uma série de novas formas e técnicas em seu comportamento [...].

A escola é, sem dúvida, o primeiro passo para que os alunos autistas se integrem à sociedade. Tudo começa com sua integração na educação infantil, onde as crianças com autismo começam a se desenvolver intelectual e emocionalmente no meio interno e externo, vivenciando uma nova realidade proporcionada por alunos, professores e toda equipe da instituição escolar. Kupfer (2007, p.36), ressalta que:

A criança moderna é uma criança que está indissociavelmente ligada à escola que

lhe confere um estatuto social, uma integração social, o que a constitui, o que lhe confere a sua identidade [...]. A história, então, destaca uma dimensão da infância que é dada pelo campo social que a enquadra e lhe dá sentido e interpretação. O campo social também define um tempo para essa infância, que é justamente a escolaridade obrigatória.

Desde o nascimento de uma criança sabe-se que todo desenvolvimento e aprendizagem é um processo natural para todos, mas a aprendizagem escolar é diferente da aprendizagem espontânea, a escola é o processo de desenvolvimento infantil que produz coisas novas e diferentes.

Numa perspetiva inclusiva, a educação para todos os alunos deve ser caracterizada pela qualidade, e o desafio de o conseguir é uma tarefa que deve ser assumida por todos os que compõem o sistema educativo.

Para melhorar a qualidade do ensino é necessária uma iniciativa onde todos os envolvidos como gestores, professores, professores, coordenadores, pais, alunos e demais profissionais da área busquem e trabalhem em prol de um mesmo ideal, que é a melhoria do ensino e aprendizagem em todas as escolas, de acordo com as suas necessidades. Cada escola é única com suas questões sociais, realidades, experiências e alunos únicos cujas diferenças são reconhecidas e valorizadas. As mudanças necessárias para melhor atender a instituição escolar e todos que a ela pertencem não acontecem por acaso ou por decreto, mas fazem parte da vontade política coletiva da instituição escolar, conforme articulada em seu Projeto de Política Educacional deve viver para sua gestão, seus gestores democráticos e seu corpo docente.

1.1- INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Tanto se tem falado em inclusão na atualidade, mas muitas vezes essa inclusão hoje em dia é muito discutido e defendido o processo de inclusão, onde não é mais tolerável qualquer prática de exclusão em ambientes escolares, sociais, familiares e outros. Almeja-se possibilitar a entrada do ser humano em sua sociedade, em seu trabalho, em sua casa e não dificultar essa passagem.

O que infelizmente assistimos na sociedade atual é que a inclusão se fixa numa filosofia e no papel que não está sendo praticada em sua totalidade. Quando não é por exclusão direta e indireta que ela acontece.

Toda discussão de inclusão é bonita e estruturada quando ascendida, mas no dia a dia de muitos espaços e situações não assistimos a atuação, a prática da inclusão de todo e qualquer cidadão.

Ainda vivemos numa sociedade preconceituosa e discriminadora, que encobre seus atos negativos apontando o do outro.

A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses alunos no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

Falar de uma sociedade justa e com caráter de igualdade nos leva a discussão da igualdade e justiça desde os primeiros passos do ser humano, especialmente na escola, onde acontecem as primeiras e básicas experiências para a socialização das crianças. Deve estar explícita e praticada em todos os âmbitos escolares, que é justamente onde começa o desenvolvimento da aprendizagem do ser social.

A homogeneização das classes escolares procede de uma identidade que se impõe como a classe desejável e inclusiva, ainda que o 'normal' só se defina pelo anormal, o bonito pelo feio, o velho e o novo e vice-versa.

Educação especial nos remete a ideia de educação inclusiva, especialmente se nos voltarmos aos direcionamentos da Política Nacional da Educação Especial, determinado como marco de referência a publicação, em janeiro de 2008, do documento intitulado: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Assim, levanta então discussão a respeito da educação especial numa perspectiva inclusiva no Brasil, dando ênfase a LDB, discutindo o que vem fazendo o país para promover uma melhor vida a alunos da educação especial inclusiva.

Em seu capítulo V a Lei de Diretrizes de Base (LDB) faz entendimento do que é a educação especial e organizam diretrizes a serem atendidas para promover o ensino às crianças com necessidades especiais.

A educação especial vem se fortalecendo diante a sensibilidade de muitos que percebem a discriminação ou mesmo rejeição por crianças que apresentam algum tipo de limitação, diferença ou dificuldade que o torna a os olhos, diferentes dos que não apresenta qualquer desses elementos. Assim, no caso deste estudo, como as crianças com necessidades especiais.

Mas, a educação especial vem sendo planejada em parceria a educação regular, o que já manifesta reação contra preconceitos e discriminação entre o especial e regular de alunos com necessidades especiais, que possuem capacidade de frequentarem o ensino.

De acordo com Rodrigues (2006):

Para atender a diferença na sala de

aula devemos flexibilizar as práticas pedagógicas. Os objetivos e estratégias de metodologias não são inócuos: todos se baseiam em concepções e modelos de aprendizagem. Assim, se não propormos abordagens diferentes ao processo de aprendizagem acabaremos criando desigualdades para muitos alunos (RODRIGUES, 2006, p.305-306).

A educação especial se direciona no referenciamento e compreensão de uma de educação distinta, que caminha lado a lado a educação comum, de forma que se entende que o aluno no qual fora diagnosticada uma deficiência ou incapacidade é segregado e enviado a um ensino especial ou classe espacial.

No Brasil é crescente o número de matrículas da educação especial nas escolas de ensino regular.

O cenário escolar vem se transformando continuamente, assim, é relevante que seja ressaltado o papel da escola quanto à promoção do desenvolvimento de capacidades, habilidades e a compreensão de conteúdos dos alunos, que se tornam preceitos basilares para que, quando possível, todos consigam obter conhecimentos e cresçam como cidadãos ativos desta sociedade. Nesse sentido, Veltrone (2009) cita que:

O princípio fundamental desta política é de que o sistema regular deve atender a diversidade do alunado, isto é, todos os que se encontram excluídos, frequentadores da escola. Este atendimento inclui, necessariamente, o atendimento dos alunos considerados deficientes, tanto físicos, visuais, auditivos e mentais na escola regular (VELTRONE, 2009, p. 1).

A educação especial inclusiva se compromete em produzir atendimento educacional efetivo e sem discriminação ao aluno que apresenta algum tipo de necessidade especial ou dificuldade de aprendizagem. Contudo, é preciso garantir que não ocorram discriminações da própria escola selecionando e separando as diferenças que possam existir em seu corpo de alunos, isto é, não deve olhar o aluno com necessidade especial ou dificuldade de aprendizagem como o aluno diferente e/ou com menos capacidades e habilidades. Vivemos numa carência de mudança na construção de uma escola inclusiva onde todos os educandos devem aprender juntos independentemente de suas condições, das dificuldades e das diferenças que possuem.

Interessante destacar aqui o artigo 7º da Lei nº 12.764/12, que expressa "O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 03 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos" (BRASIL, 2012).

Dentro dessa ótica de atendimento inclusivo aos descriminados alunos especiais as políticas públicas educacionais vêm criando mecanismos para garantir a frequência desses alunos nas instituições regulares de ensino, investindo desde a exigência do atendimento em sala de aula como de acessibilidade – rampas, acentos e outros.

Deve ainda, de acordo com Véras (2014):

"Solicitar auxílio do Conselho Tutelar local, caso a família tenha dificuldades financeiras e coloque em risco a segurança e o desenvolvimento do aluno, conforme previsto no artigo 136, inciso III, alínea" a- Do ECA que dá poderes administrativos ao Conselho para requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

O sistema regular de educação tem como dever conhecer e atender os referenciais legais da educação especial inclusiva, como a LDB e outros documentos organizados das Políticas Nacionais da Educação Especial.

O primeiro documento que apresentou enorme mudança na perspectiva da educação especial foi a Constituição de 88. Veio depois a Lei n° 7.853/89 (BRASIL, 1989) regulamenta a contribuição respeitosa às pessoas com deficiência e sua consistência social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais da Constituição Federal de 1988. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA veio na década de 1990 a reforçar esses princípios e consagrando o período de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n° 8.069/90, estabelece, no § 1° do Artigo 2°, que a criança e ao adolescente com necessidades especiais receberão atendimento especializado.

A Política Nacional de Educação Especial foi publicada em 1994. Contudo, o documento não nos revela progresso, mas um certo retrocesso se revelar um documento orientador do processo de integração institucional, aspecto que beneficiou a manutenção da lógica do apartamento entre os espaços regulares e aqueles especializados.

O Decreto n° 6571/2008, incorporado pelo Decreto n° 7611/2011, institui a política pública de financiamento no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, estabelecendo o duplo cômputo das matriculas dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Visando ao desenvolvimento inclusivo dos sistemas públicos de ensino, este Decreto também define o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização e os demais serviços da educação especial, além de outras medidas de apoio à inclusão escolar (BRASIL, 2007).

Foi em 1996, a Lei 9394/96, que a LDB confirma a escola como espaço educacional público de direito de todos. E, no que se refere à Educação Especial, a Lei nº 9.394/96 apregoa a universalização da educação.

A educação inclusiva é um caminho onde se objetivo oferecer a pessoas com necessidades especiais recebam as mesmas condições e oportunidades de desenvolvimento escolar e social.

São crianças discriminadas ou rejeitadas por apresentarem dificuldades ou necessidades educacionais especiais, mas que não deixam de possuírem condições de desenvolver e se promover nos estudos.

A política nacional educacional especial necessita trabalhar de forma contínua quanto à produção de diretrizes que garanta a inclusão sem fazer destaque a exclusão, isto é, promover a vida de pessoas com necessidades educacionais especiais sem que tenham que os exibis como tal à comunidade.

Toda escola deve estar atenta com seus compromissos com o desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais especiais, deve estar em busca de práticas e métodos estratégicos de atuação profissional efetivas, que promovam realmente o aprendizado de todas as crianças, a troca de conhecimentos e informações fundamentados e elementares ao desenvolvimento integral do ser humano em seu mundo e sociedade.

A escola deve buscar promoção do desenvolvimento humano, em harmonia entre conectividade, psicomotricidade e outras habilidades elementares ao desenvolvimento integral do aluno. Essa instituição deve estar voltada a os parâmetros da multidisciplinaridade, a diversidade cultural e humana, as inclusões que promove a qualidade de vida do aluno e de sua família.

A inclusão dos cidadãos nas práticas da vida diária de sua comunidade e do mundo. Sua inclusão e inserção através de canais sadios, dignos, efetivos que lhes são garantidos por lei, por serem cidadãos. Para promover o aluno em seu desenvolvimento integral é relevantemente necessário que se conheça a seu respeito, ao que sente, porque sente e o que reflete seus sentimentos e emoções, em sua vida.

A falta de preparação tanto profissional quanto pessoal para viver e conviver com as diferenças, ou seja, a realidade de que cada um tem características próprias e muitos ainda contam com características que a maioria não possui ou não adotam. A diversidade se concentra em tudo que se apresenta em múltiplos aspectos, e se diferenciam entre si. É a peculiaridade de algo ou alguém que pode ser inato ou escolhido, como um corte de cabelo ou estrutura física, por exemplo.

O mundo capitalista mudou drasticamente o cenário social, com sua separação, divisão de trabalho, dentre outros vetores. E historicamente, essa separação, divisão de trabalho entre os que arquitetam e os que realizam o pensado foram se agonizando, o que fez nascer o incontrolável acirramento das desigualdades (sociais, econômicas, políticas, culturais, educacionais, estereotipas, psicológicas e outras) entre os homens (FLEURI, 2006).

A diversidade se encontra em todos os espaços da vida humana. São pessoas que nascem com características físicas próprias, pessoas que adotam estilos de vida próprios. É o ser diferente sem deixar de ser semelhante.

A inclusão é fundamentada na concepção de direitos humanos e se incentiva pelos movimentos sociais que procuram reverter processos históricos de exclusão educacional e social, avistando a segurança do acesso de todos à escola da sua comunidade, independente de suas diferenças sociais, culturais, étnicas, raciais, sexuais, físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas e outras. Garantido pela Constituição federal, Lei de Diretrizes de Base (LDB) e outros documentos legais o direito a todos.

A diversidade em muitos espaços não é ainda respeitada, e acontece ainda de órgãos e gestores da educação produzirem algum tipo de preconceito ou recusa nessa questão. Alunos com necessidades especiais são dotados de garantias legais de aceitação e tratamento decente e devidos pelas escolas estaduais e municipais, onde o Estado deve considerar sua adaptação e educação produtiva para a vida social e mesmo para o trabalho, bem como a acessibilidade, permanência e continuação dos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar o autismo na educação infantil, compreendendo sua importância e os benefícios da inclusão na escola regular. O acolhimento e o respeito são essenciais tanto para a criança em processo de inclusão quanto para seus colegas. A pesquisa visou conhecer os recursos pedagógicos e suas contribuições na educação infantil.

Ao procurar por essas respostas, percebemos o crescente interesse em explorar o tema da inclusão e como o respeito aos direitos das crianças facilita suas vidas na sociedade.

Sendo um tema tão discutido atualmente, a inclusão requer mudanças efetivas e não pode ser apenas teórica. Família e comunidade escolar devem trabalhar juntas para que a inclusão se concretize.

A escola regular enfrenta muitos obs-

táculos na educação inclusiva, presentes em todas as escolas e que exigem atenção especial para serem superados. Incluir e seguir as legislações não é suficiente; os desafios são muitos, mas os professores podem superá-los com as melhores estratégias.

Temos alunos de diversos níveis de aprendizagem e cada vez mais crianças com deficiências são matriculadas, merecendo atenção de toda a equipe administrativa e pedagógica.

Além de preparar a estrutura física, é urgente conscientizar os professores de que toda escola regular deve ser inclusiva. Eles devem estar preparados, eliminando as barreiras atitudinais e adaptando o currículo, começando pela comunicação. O diálogo entre professores e alunos se tornará mais eficaz, valorizando os recursos didáticos e contando com a parceria dos pais ou responsáveis para promover o processo de ensino-aprendizagem e a inclusão social.

Essas ações são cruciais para construir uma educação que atenda às necessidades, possibilidades e interesses de toda a população escolar brasileira. Para isso, é necessário ter profissionais da educação responsáveis e competentes, não apenas do ponto de vista pedagógico, mas também conscientes das questões político-sociais.

Com base nos dados discutidos acima, podemos afirmar que os professores entendem a importância do tema e em sua maioria se dedicam a preparar aulas que promovam a inclusão na educação infantil. Dessa forma, a pesquisadora compreendeu as dificuldades da inclusão e teve acesso a alguns mecanismos que podem ser usados para reduzir o preconceito e melhorar a acessibilidade dentro da escola.

As finalidades das propostas desse estudo foram atingidas, evidenciando que os professores buscam cumprir o que é estabelecido pela lei. Segundo as respostas dos participantes, o maior obstáculo para a inclusão na educação infantil é a falta de capacitação dos professores e a ausência de estrutura física e material pedagógico adequado. Muitas vezes, salas lotadas dificultam a oferta de atenção especial aos alunos inclusos.

Nesse sentido, esta pesquisa contribuiu significativamente ao apontar direcionamentos para a inclusão na educação infantil e ampliar os conhecimentos teóricos e práticos sobre o trabalho inclusivo nesse contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANACHE, A. A. Contribuições das abordagens histórico-culturais para o estudo dos processos de aprendizagem em pessoas com deficiência intelectual. In BAPTISTA, C.R.; CAIADO, K.R.M.; JESUS, D.M. (Organização). Educação Especial: Diálogo e Diversidade. Porto Alegre: Mediação, 2008. P.47-57.

BISPO. Matheus Luamm Santos Formiga. Brincadeiras como Ferramenta de

Aprendizagem. Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"- Educação, Sociedade e Práticas Educativas. Setembro de 2020.

Brasil (1996). Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9.394, de 20 de dez. 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Conhecimento de Mundo. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil/ Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRUNO, Marilda Morais Garcia. Educação infantil: saberes e pratica da inclusão. Brasília: MEC, 2006.

BOSA, C. A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. Revista Brasileira de Psiquiatria, p. 47-53, 2006.

BORSA, Juliane Callegaro. O papel da escola no processo de socialização infantil. 2007.

CHUDO, Marisa Laporta. / Fundamentos Biológicos do desenvolvimento infantil.

Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2009. 144 p.

CUNHA, Eugênio. Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar- ideias e práticas pedagógicas. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

DELOU, Cristina Maria Carvalho. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão. Editora IESDE Brasil S. A. 2006. Curitiba, PR, Brasil.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Dicionário Aurélio: Século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lixicon, 1910-1989.

FLEURI, Reinaldo Matias. Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. 2006.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, Atlas, 2002.

GUITERIO, Rachel do Nascimento. Lúdico e autismo: uma combinação possível nas aulas de ciências. Mestrado em Educação - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

HORN, Maria da Graça de Souza. Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos

espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LEE, C. The Grourth and Development of Children. Londres: Longman, 1977.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo Meira. Desenvolvimento e Aprendizagem: reflexões sobre suas relações e implicações para a prática docente. 2005.

ORTIZ, Jesús Paredes. Aproximação teórica à realidade do jogo. In: MURCIA, Juan

Antonio Moreno (Org.). Aprendizagem através do jogo. Porto Alegre: Artmed, 2005

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. Metodologia da pesquisa: abordagem teóricoprática. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PASQUALINI, Juliana Campregher. O papel do professor e do ensino na educação infantil: a perspectiva de Vigotski, Leontiev e Elkonin. 2010.

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, D (org.). Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, pp. 299-318, 2006.

SILVA, Aline Maira da. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Curitiba: InterSaberes, 2012. (serie Inclusão Escolar). 213 p.

SOUZA, Eulina Castro de. A importância do lúdico na aprendizagem. 2015.

VELTRONE, Aline Aparecida. Parceria do ensino comum e educação especial para o atendimento de alunos com necessidades especiais. 2009.

VÉRAS, Sonia Carvalho Leme Moura. Autismo e Educação escolar: Orientação para atendimento a alunos autistas. 2014.

Vygotsky, L.S.; LURIA, A.R. Estudos da história do comportamento: macacos, hominídeos e crianças. Arte da Medicina, Porto Alegre, 1996.

Vazquez, C.K; BAPTISTA, C.R. Barreiras globais de desenvolvimento e educação: uma discussão de possibilidades. existir. Simpósio Internacional de Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, 2, 2003, Florianópolis. Anais...Florianópolis: UFSC, 2003.